

Homens de ciência a serviço da coroa.

Os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa.

1779/1822

Péricles Pedrosa Lima

Resumo

Apresenta-se neste artigo a pesquisa na qual identifica-se os académicos de origem brasileira que fizeram parte do quadro de sócios da Academia Real de Ciências de Lisboa a partir de sua fundação em 1779 até o ano de 1822: ano da independência do Brasil.

Além de conhecer quem eram esses intelectuais busca-se também descobrir a sua origem no Brasil, formação académica e ano de eleição para a Academia. O conjunto de suas obras em diversos campos científicos e publicadas por diversas instituições também é identificado. Dentro deste universo, faz-se uma interpretação somente das obras que a Academia Real de Ciências de Lisboa publicou¹.

Na leitura das obras dos académicos brasileiros impressas pela Academia Real de Ciências de Lisboa procura-se visualizar a influência do Iluminismo e, se foram as mesmas obras, desenvolvidas em benefício do fortalecimento do Império Português ou de um movimento libertador da colónia brasileira.

Palavras chaves: Academia, Ciências, Obras, Iluminismo, Império, Colónia.

¹ A identificação destes académicos de origem brasileira, sua formação académica e suas obras se encontra detalhadamente demonstrada na dissertação apresentada ao departamento de História da Universidade de Lisboa como trabalho de conclusão do Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão.

Introdução:

As relações entre a colônia brasileira e Portugal ao longo de 322 anos (1500 – 1822) mantiveram-se sustentada por pilares de valores indestrutíveis: sangue, língua, cultura e passados comuns. Esta aproximação entre a metrópole europeia e a colônia americana foram de tamanha intensidade que episódios na história de ambas se entrelaçaram de tal forma que, para alguns autores, “não tiveram paralelo na história das metrópoles europeias com os seus respectivos territórios coloniais”². Com efeito no Brasil a Corte portuguesa instalou-se durante treze anos; um Rei de Portugal subiu ao trono; uma Rainha de Portugal lá morreu e outra nasceu; o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal e dos Algarves; teve seu processo de independência conduzido por D. Pedro, Príncipe da Coroa portuguesa, o qual tornou-se seu primeiro imperador e mais tarde Rei de Portugal com o título de D. Pedro IV. D. João VI, Rei de Portugal, passou a ter título intransferível de Imperador do Brasil e também na sua colônia americana uma constituição de Portugal foi elaborada e outorgada.

O nosso trabalho limita-se à segunda metade do século XVIII, (1779), e aos primeiros anos do século XIX, (1822), considerado um tempo histórico de extrema importância tanto para a metrópole quanto para a colônia. No cenário internacional encontramos movimentos revolucionários que promoveram a destruição progressiva do Antigo Regime³ e a construção de novas instituições do Estado. Associado a estes

² Dário Moreira de Castro Alves. “Brasil – Portugal, 1500 - 2000”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, nº 06, Abril-Out 2000. Lisboa.

³ Para Fernando A. Novais, já no século XVII a Revolução Inglesa iniciou o ciclo das revoluções liberais seguida pela independência das colônias britânicas e constituição dos Estados Unidos em 1776, nos Cantões Suíços em 1782, nas Províncias Unidas em 1783, nos Países Baixos Austríacos em 1787, e por fim a Revolução Francesa em 1789. Todos um processo estrutural de ruptura do absolutismo. In: Fernando A. Novais. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1808)*. 4ª edição, Editora Hucitec. São Paulo, 1986.

movimentos revolucionários, o movimento iluminista que ocorria na Europa trouxe consigo um conhecimento crítico empenhado no melhoramento do Estado e da sociedade. Em Portugal a Ilustração já vinha a influenciar as acções da coroa portuguesa, principalmente desde a ascensão ao poder de D. José I e seu ministro Sebastião de Carvalho e Melo, levando a realização de várias reformas.

Dentre os movimentos revolucionários do século XVIII, considera-se de profundo impacto para o ocidente, do ponto de vista político, a Independência das Treze Colónias Inglesas na América do Norte em 1776 e a Revolução Francesa em 1789. Essas revoluções marcaram a virada do século XVIII para o XIX pois “punham em xeque toda a autoridade exterior, não justificada pela razão, na política, na estética, no direito e na moral”⁴. As ideias iluministas também foram impulsionadoras, entre outros factores, dessas revoluções.

A ilustração representava assim uma ameaça “às verdades tidas como inquestionáveis e aos poderes constituídos. As luzes promoviam ainda uma rediscussão do passado e de elementos do antigo regime; o absolutismo, colonialismo, monopólio comercial e escravidão”⁵.

Das muitas obras que surgiram neste contexto iluminista, uma foi de particular interesse para Portugal. A *História filosófica da colonização europeia nas duas Índias*. O seu autor, Abade Raynal, narra a independência dos Estados Unidos, confronta as imensas riquezas do Brasil à degradação em que se encontrava o Reino lusitano e propõe uma série de reformas nos domínios desse. Tais reformas iam da “supressão da

⁴ Francisco Calazans Falcon, *A época pombalina (política económica e monarquia ilustrada)*, São Paulo, Ática, 1982, p. 100.

⁵ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: O império luso-brasileiro e os Brasis*. Coord. Laura de Mello e Souza, Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo. Companhia das Letras, 2000. p.13.

Inquisição às modificações nas relações com suas possessões na América, rompendo-se com o exclusivismo metropolitano, diminuindo a opressão fiscal e dinamizando o comércio intercolonial com as Índias Orientais”⁶.

O século representava um tempo de revoluções e mudanças. As ideias fervilhavam e muitas eram censuradas. A Coroa portuguesa e seus ministros procuravam adaptar-se ao contexto revolucionário e assim desenvolviam reformas inspiradas no movimento das Luzes, mantendo, contudo, o Antigo Regime e procurando tornar de forma mais pragmática a exploração das colônias e a exploração do Novo Mundo.

Homens de ciência⁷ feitos na metrópole em sua maioria lançaram-se à observação, à experiência e ao estudo da natureza, dirigindo-se às colônias para desvendá-las.

As Luzes envolveram importantes descobertas científicas e a transformação das ciências, assim como das técnicas. Esta efervescência motivava a publicação de tratados, “sintoma de um grande interesse colectivo e da vontade de aprender”⁸.

A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa surge dentro deste ideal: buscar promover os estudos para um melhor aproveitamento do vasto património da coroa e assim procurar solidificar o Império Português neste agitado século das luzes.

⁶ Guillaume-Thomas François Raynal. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les Deux Indes*, nouvelle édition, corrigée et augmentée d’après les manuscrits autographés de l’auteur...par M. Peuchet, Paris, Amable Costes et Cie., 1820, 9 vols. In: *Ibidem*. pp. 13 e 14.

⁷ Em nosso trabalho denominamos Homens de Ciência àqueles que se debruçaram no estudo, na investigação e na produção de obras que vieram a contribuir para o desenvolvimento científico em Portugal e nos domínios ultramarinos durante o século XVIII e início do XIX.

⁸ Luiz Carlos Villalta. *Reformismo Ilustrado, censura e praticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de doutoramento. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999. p.101.

Portanto, desde o século XVIII a Ilustração vem a motivar a preocupação das ciências, sendo objecto de polémica na historiografia⁹. Várias são as pesquisas e os livros publicados sobre a Ilustração setecentista em Portugal. Na interpretação de memórias dos académicos de origem brasileira apresentadas a esta instituição e impressas pela mesma, procurar-se-á responder qual foi a contribuição destes homens nascidos na América Portuguesa para o fortalecimento do Império¹⁰. O que escreveram? Contribuíram para a defesa e ampliação da soberania portuguesa ou para a autonomia da América Portuguesa? Tinham um pensamento condizente com as luzes do século XVIII? Pergunta-se então:

Quais foram os académicos de origem brasileira presentes na Academia Real de Ciências de Lisboa entre 1779 e 1822, e quais foram as contribuições destes para o desenvolvimento da metrópole e da colónia?

Sendo assim, será por meio da identificação destes académicos, leitura e interpretação de suas memórias sobre os mais variados temas oferecidas à Academia e por esta instituição publicadas, que buscar-se-á traçar um panorama da contribuição destes académicos ao desenvolvimento da colónia e, por conseguinte, da metrópole.

É de importância ressaltar que nosso trabalho está restrito aos académicos de origem brasileira que participaram efectivamente da Academia e que tiveram obras publicadas nesta instituição.

⁹ Dorinda Outram, *The Enlightenment*. Cambridge. Cambridge University Press, 1995, p. 1. Citada por Luiz Carlos Villalta, op. cit., p.96.

¹⁰ A interpretação de algumas das principais obras dos académicos de origem brasileira apresentadas na Academia de Ciências de Lisboa também pode ser encontrada na dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Lisboa.

A planilha de acadêmicos desenvolvida pela Academia de Ciências de Lisboa é a fonte principal de referência de registro destes acadêmicos. Nesta encontra-se um universo de 1891 registros de eleição entre 1779 e 2006. Dentro deste universo encontrou-se 455 acadêmicos admitidos entre os anos de 1779 e 1822. Por fim, dentro deste último grupo de acadêmicos, identificou-se 38 de origem brasileira.

Para a pesquisa de identificação dos acadêmicos, sua nacionalidade e obras, foram utilizados como principais referências os recursos da Internet, o *Dicionário Bibliográfico Português, Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por P. V. Brito Aranha e revistos por Gomes de Brito e Álvaro Neves, 1858-1923*; o *Dicionário de Autores no Brasil Colonial* elaborado pela professora doutora Palmira Morais Rocha de Almeida, 2003; o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, 1898; e ainda os Catálogos de Manuscritos da Biblioteca (série vermelha) e o catálogo da série azul, ambos impressos pela Academia de Ciências de Lisboa. Por vezes, ainda para a complementação das informações, recorremos a diversos autores que separadamente trataram de alguns acadêmicos e suas obras.

1^a) Em um primeiro momento os acadêmicos de origem brasileira identificados foram apresentados em nossa pesquisa em uma ordem cronológica de eleição para a Academia Real de Ciências de Lisboa, acompanhados de uma biografia fruto de pesquisas nas diversas fontes acima citadas. Juntamente com estas biografias procura-se evidenciar o conjunto de suas produções científicas, seja dentro da Academia Real de Ciências de Lisboa e/ou em outras instituições.

2ª) Posteriormente, em um segundo momento, seleccionou-se somente as obras apresentadas e impressas pela Academia de Ciências de Lisboa; nosso objecto de leitura e interpretação.

3ª) Em seguida, por meio da interpretação destas obras buscou-se visualizar a contribuição, tanto para a metrópole como para a colónia, no aspecto político, social, económico e cultural. Ainda neste terceiro momento visualizou-se os dados estatísticos dentro deste grupo de académicos: ano de eleição para a Academia, origem na América Portuguesa e sua formação¹¹.

Século XVIII: as luzes ascendem na Europa.

Ao buscarmos os académicos de origem brasileira presentes na Academia Real de Ciências de Lisboa, torna-se importante a abordagem da cultura europeia do século XVIII e, mais ainda fundamental, analisar a cultura portuguesa neste mesmo século. Procurar-se-á traçar um panorama da Europa de Setecentos, o movimento iluminista, assim como a penetração deste movimento em Portugal. Ressaltamos que torna-se necessário esta introdutória sobre a Ilustração para podermos nos situar no contexto em que a Academia Real de Ciências de Lisboa foi fundada e no espírito académico que as luzes despertaram.

A Ilustração teve uma influência bem ampla no continente europeu, não se restringindo ao “centro” da Europa (França, Inglaterra, Alemanha e Itália), mas

¹¹ Assim como a interpretação das obras dos académicos, as biografias e os resultados estatísticos encontram-se na dissertação apresentada à Universidade de Lisboa.

atingindo a “periferia” do Velho Continente, de Portugal à Rússia, e também as Américas. Para tanto vê-se que não foi coetânea nos vários países em que se difundiu¹². Portugal era parte integrante de uma Europa mais periférica o que levou a Ilustração¹³ a penetrar na sociedade portuguesa de forma atípica, diferente da que se verificou no restante da Europa.

Para Joaquim Ferreira Gomes, não é fácil definir esse grande movimento de ideias que foi o Iluminismo, pois cronologicamente ele não foi coetâneo em todos os países da Europa e revestiu-se de forma muito diversificada. O autor ainda afirma que: “o movimento nasceu na Holanda e na Inglaterra nas últimas décadas do século XVII e foi-se espalhando ao longo do século XVIII por toda a Europa e até pelos países do Novo Mundo¹⁴”.

Para Dorinda Outram, a Ilustração variou conforme as diferenças de nacionalidade, de credo e de região, havendo, diferentes ilustrações “vivas por homens e mulheres, por brancos e também sob a influência das tradições indígenas¹⁵”.

A Europa do século XVIII pode ser entendida como sendo um continente que ao mesmo tempo se encontrava integrado a uma lógica da supra nacionalidade, mas também pode ser vista dividida em três “Europas”. De um lado encontrava-se a França, Inglaterra, Itália e Alemanha, considerados centros de irradiação do pensamento e da prática iluminista; de outro lado tinha-se uma Europa mais periférica composta pela

¹² OUTRAM, Dorinda, *op. cit.* In: VILLALTA, 1999.

¹³ Não nos cabe aqui dissertar sobre o jogo das palavras Iluminismo e Ilustração. Ambas palavras são usadas para conceituar o movimento filosófico e cultural do século XVIII. O emprego destas palavras foi estudado por Francisco José Calazans Falcon em: *Iluminismo* Editora Ática, São Paulo, 1986, pp.09 a 19.

¹⁴ Joaquim Ferreira Gomes. “Luís António Verney e as reformas pombalinas do ensino”. In: *Verney e o Iluminismo em Portugal*. Centro de Estudos Humanísticos Universidade do Minho. Braga, Dezembro de 1995, p.8.

¹⁵ OUTRAM, Dorinda, *op. cit.* In: VILLALTA, 1999. p.97.

Espanha, Portugal e Rússia, que se encontravam como receptores de cultura e apresentavam uma estrutura económica semifeudal. Entre a mais central e a mais periférica encontrava-se ainda uma Europa intermediária composta pelos Países Baixos e a Suíça, que absorviam a cultura ilustrada e procuravam transformar sua economia¹⁶.

De forma genérica, o movimento defendia o domínio da razão sobre a visão teocêntrica a qual dominava toda a Europa desde a Idade Média. Para os filósofos iluministas esta forma de pensamento tinha o propósito de iluminar as trevas em que se encontrava a sociedade. Os pensadores que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o misticismo que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem; enfim, as trevas pelas luzes.

Os iluministas não possuíam uma mesma ideia sobre a forma de governo a ser adoptada, oscilando entre a monarquia e a república; propunham um governo em que não houvesse um elemento a dominar os outros e sim uma separação de poderes, sem abuso de poder, e aos súditos e cidadãos, o dever de evitar a anarquia¹⁷. Vemos assim que a Ilustração caracterizou o século XVIII e foi heterogenia no espaço e no tempo marcada pela presença de contradições nas posições de seus pensadores; “não compreendendo um programa intelectual coerente e preciso¹⁸”.

¹⁶ Francisco José Calazans Falcon. *A Época Pombalina; política económica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p.105.

¹⁷ *Ibidem*, p.116.

¹⁸ VILLALTA, 1999, p.117.

As luzes com limites: Portugal

Em meados do século XVIII Portugal apresentava costumes e ideias singulares, diferentes dos outros países europeus, notadamente a França e a Inglaterra. Para Virgínia Valadares, estabeleceu-se uma “exclusão recíproca de Portugal com relação à Europa e desta com relação àquele país”¹⁹. Para Luís Carlos Villalta, Portugal e Espanha na Época Moderna apresentavam uma “configuração intelectual peculiar em relação ao Além-Pireneus, especialmente à França, tendo esta situação perdurado do Quinhentos até o século das Luzes”²⁰. Para Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, Portugal e Espanha eram vistos na primeira metade do século XVIII pelos autores e viajantes dos países centrais do continente, como “redutos de superstição e atraso”. Para os mesmo autores estas ideias tinham muito de “distorcido e excessivo”, mas ambos concordam com o isolamento do país²¹. Para Luís Oliveira Ramos, o país apresentava intensas relações mercantis “onde a burguesia medrava”, e, sendo assim, Portugal possuía “condições que proporcionavam a recepção das novas doutrinas e propostas de mudanças veiculadas já através do movimento ilustrado”²². O mesmo autor ressalta ainda que os portugueses estavam em contacto intenso com o exterior e eram importantes as colónias inglesas e francesas estantes no país e ainda, o volume de negócios fazia com que mercadores passassem largos períodos no estrangeiro, “assim chegando no entendimento do que se acontecia na Europa em mutação”. Paralelamente

¹⁹ Virgínia Maria Trindade Valadares. *A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais, (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006 op. cit. p.26. p. 34.

²⁰ VILLALTA, 1999, p. 26.

²¹ Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa. *D. João Carlos de Bragança. 2º Duque de Lafões. Uma vida singular no Século das Luzes*. Edições INAPA, Lisboa, 2006. p. 43.

²² Luís A. de Oliveira Ramos. *Sob o signo das Luzes*. Temas Portugueses. Casa da Moeda - Imprensa Nacional, Lisboa, 1988. p. 135.

a este movimento mercantil, fluía ao país um grande número de publicações oriundos do exterior, assim como portugueses estudavam em outras nações e mantinham ligações com a pátria-mãe.

Para Ana Cristina Araújo as dificuldades criadas à livre circulação de ideias ao sul da Europa conferiram uma “menor fluidez às linhas de fronteira no interior do espaço cultural europeu”. Sendo assim, os eruditos portugueses e castelhanos estiveram sob uma “censura apertada” e obrigados, no plano doutrinal a assumir o papel de “receptores defensivos de outras correntes de pensamento” mas todavia não escaparam dos efeitos impostos pela difusão do movimento das luzes²³.

Até o consulado pombalino, manteve-se em Portugal uma resistência relativa à revolução científica em vigor no restante da Europa e o Reformismo Ilustrado português “apropriou-se selectivamente das ideias trazidas pelas luzes, refutando aquelas que possuíam carácter mais radical”²⁴. Já no período mariano destacam-se dois aspectos relevantes para a análise das ideias políticas. Por um lado, a criação em Portugal de “instituições de sociabilidades aos moldes dos padrões de intelectualidade europeia que conformou um clima de opinião marcado pelo pragmatismo e pelo ecletismo filosófico”; por outro, os “posicionamentos político-diplomáticos portugueses demonstraram o grau de aceitação da Coroa frente às novidades e às instabilidades do cenário internacional”²⁵.

²³ Ana Cristina Araújo. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Livros Horizonte. Lisboa, 2003. pp. 14 e 15.

²⁴ VILLALTA, 1999, p. 135 e 136.

²⁵ Nívia Pombo Cirne dos Santos. “Portugal e as ideias políticas”. Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira: Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br:80/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=244&sid=38&tpl=printerview>. Acesso em 20 de Julho de 2008.

A CIÊNCIA NO IMPÉRIO PORTUGUÊS

*“A ciência e a técnica permitiriam transformar o Novo Mundo à imagem do Velho e, sobretudo, potencializá-lo e explorá-lo em benefício próprio”.*²⁶

A segunda metade do século XVIII pode ser considerada como um tempo de renovação em busca do conhecimento. Este esforço foi levado à frente tanto por indivíduos como por instituições e a Coroa portuguesa foi em grande medida o agente de suporte e de financiamento. Estiveram empenhados cientistas, astrónomos, cartógrafos, médicos, muitos vindos do exterior, outros recém-graduados pela Universidade de Coimbra, altos funcionários dotados de uma formação que lhes permitia também serem considerados homens de ciência²⁷.

Para a circunstância tinha-se ainda o facto de no último quartel do século frequentar a Universidade de Coimbra um número apreciável de estudantes de todo o país. Nesse ambiente ganhou-se familiaridade as teorias do iluminismo, discutidas e “inculcadas por catedráticos mais abertos e, em especial, conhecidas pela leitura de

²⁶ Marie-Noelle Bouruet, Christophe Bonneuil, «Présentation» in *Revue Française d' Histoire d'Outre-Mer*, tomo 86, nº 322-323, 1999, p.30. Citado por: Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes* de informação no Império Português em finais de setecentos”. *Ler História*, 39 (2000) *Brasil Colonial: Leituras e Representações*. ISCTE. Lisboa. p.31.

²⁷ A Coroa participou efectivamente neste processo de renovação cultural e científica impulsionando a criação do Colégio dos Nobres, da Academia Militar e a reforma da Universidade de Coimbra. Também foi efectiva quando requisitou serviços de professores de Física, Astronomia, Química, Matemática e História Natural em Bolonha, Génova e Pádua. In: Ângela Domingues. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de *redes* de informação no Império Português em finais de Setecentos”. *Ler História*, Nº 39(2000), 19-34. Lisboa.

Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Bielefeld, d'holbach, d'argens, Helvetio, Mably, Raynal, e tantos outros”²⁸.

Todo esse esforço tinha como objectivo um maior conhecimento dos limites físicos e das potencialidades económicas dos domínios portugueses na Europa, Ásia, África e na América, assim como dos movimentos e novas ideias propagadas no continente europeu.

*Dos recônditos da Amazónia e Goiás, das Capitánias do Rio de Janeiro e da Baía, das ilhas do Cabo Verde e dos sertões de Angola remetiam-se para o reino produções naturais e etnológicas, herbários, amostras de cascas de árvores, raízes e resinas, frascos com terras e sementes; enviam-se caixotes com plantas e gaiolas com pássaros, répteis, macacos, zebras, tabuleiros com borboletas, peixes e animais embalsamados, peles, enxofre, ferro, salitre, antimónio e bismuto ou, simplesmente, pedras*²⁹.

Para a mesma autora esse saber científico de Portugal de Setecentos tinha um “carácter eminentemente prático” e devia contribuir para o desenvolvimento económico do Reino. Sendo assim, para além da componente científica, buscava-se desenvolver a “racionalização da agricultura, a introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as actividades agrícolas, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas”³⁰.

²⁸ RAMOS, *op. cit.* p.136.

²⁹ DOMINGUES, Ângela. *op. cit.* p. 27

³⁰ *Ibidem.*

Para Maria Odila Leite Silva Dias, vigorava também o objectivo de industrializar o Reino e, para tanto, o “Estado patrocinou pesquisas, abriu escolas e financiou publicações na área das ciências naturais para fomentar a produção de matérias-primas na América”³¹.

Para Oliveira Ramos, o Iluminismo no contexto português significou “a aceitação da pesquisa científica e dos respectivos resultados mesmo quando contrário às opiniões tradicionais”, implicou “a flagelação das superstições e dos preconceitos propiciadores de injustiça e de opressão, contemplou o exame crítico das crenças correntes e o seu repensar, outrossim originando claro interesse por reformas de natureza económica e social”³². Neste ponto, ao avaliarmos as obras produzidas pelos académicos de origem brasileira e impressas pela Academia de Ciências até 1822, não alinhamos nesta afirmação, visto que essas obras não evidenciam qualquer flagelação das superstições e dos preconceitos propiciadores de injustiça e de opressão, assim como não contemplaram o exame crítico das crenças correntes e o seu repensar, e nem originaram claro interesse por reformas de natureza económica e social.

A projecção das luzes fez-se sentir em sectores variados e assim inspirou o funcionamento e realizações de algumas instituições onde transparecesse a “alma inquieta da Enciclopédia”, ainda segundo Ramos. A fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa e da Sociedade Económica dos Amigos do Bem Público de Ponte de Lima, no Alto Minho, são exemplos deste fenómeno, “evocando uma instituição

³¹ DIAS, Maria Odila Leite Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (278):105-170, jan./mar. 1968.

³² RAMOS, *op. cit.* p. 136.

marcante com sede na capital do reino e projecção nacional e uma instituição da província, com irradiação regional³³”

No caso específico da Academia Real de Ciências de Lisboa, a instituição apoiada e incentivada pela Coroa teve um papel central na promoção e divulgação do saber prático com vistas ao proveito público e utilidade social. Por meio da divulgação e publicação de algumas memórias pela imprensa da Academia, os conhecimentos foram “difundidos junto de um público mais vasto, ou eram lidas entre o círculo restritos de sócios e por um grupo social culto e interessado”. Nos salões da Academia dissertaram políticos e cientistas, os quais versavam sobre assuntos relacionados com práticas agrícolas, exploração de minas ou utilização de matérias vegetais. Acreditavam esses académicos que era “sobretudo na agricultura que residia o fundamento da prosperidade dos povos e da riqueza dos estados”. Buscavam assim privilegiar as produções agrícolas das colónias como forma de dinamizar a economia do Reino, e ao mesmo tempo procuravam criar nestas colónias uma dependência dos produtos manufactureiros e agrícolas produzidos no Reino³⁴. Os objectivos que se propunham eram especulativos e práticos a um tempo e podiam, inclusive, “envolver a discussão e proposta de aperfeiçoamento técnicos e de planos económicos”. Incentivavam as pesquisas nos vários ramos do saber e a cada ano podiam apresentar e concorrer sócios e não sócios em concursos. Tais concursos estão na origem de trabalhos publicados³⁵.

No sentido de progredir e ser uma fonte de conhecimento, a ciência era também para o reino uma forma de domínio. Para Contente Domingues, um factor de diferença

³³ Ibidem, p. 141.

³⁴ DOMINGUES, Ângela, *op. cit.* p.29.

³⁵ RAMOS, *op. cit.* p. 142.

neste processo surgido em setecentos é o aparecimento do Estado, “enquanto parte interessada e promotora do processo em causa”, ou seja, “um agente interventivo no domínio da produção científica³⁶”. Para António Almodôvar o Estado foi o patrocinador de um vasto movimento de renovação, responsável inclusive pelo surgimento de uma reflexão económica razoavelmente autónoma em relação à reflexão política e jurídica, e com pretensões científicas³⁷. Sendo assim, podemos pensar nas pretensões políticas do Estado como agente que intervém no financiamento e na direcção do processo da criação científica, uma união entre cientistas e políticos. Com a finalidade de suprir demandas económicas, políticas e mesmo culturais, a ciência assim orientava as suas novas investigações “no desejo de engrandecer os Estados, promover a riqueza das nações e servir ao bem público”³⁸.

A partir da segunda metade do século XVIII, e mais acentuadamente a partir da reforma da Universidade de Coimbra³⁹, era a Coroa que determinava as pesquisas a serem feitas nos vários ramos das Ciências. Para Maria Beatriz Nizza da Silva⁴⁰, o planeamento científico foi uma das principais características do despotismo iluminado. A reforma da Universidade de Coimbra e a criação da Academia Real de Ciências de

³⁶ Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Coleção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1994. p. 110.

³⁷ ALMODOVAR; António. “Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil”. In: CARDOSO, José Luís, coord. *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-Brasileiro (1790-1822)* Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 2001. p.118 e 119.

³⁸ DOMINGUES, Contente. *op. cit.* p.113.

³⁹ Em 28 de Junho de 1772 o rei D. José I ratifica os novos estatutos (Estatutos Pombalinos), que marcam o início da Reforma desta Universidade. A seguir abordaremos a reforma da Universidade de Coimbra com maiores informações.

⁴⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva. *História da Colonização portuguesa no Brasil*. Edições Colibri / Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Lisboa, 1999. p. 88.

Lisboa podem, portanto, serem considerados marcos históricos para Portugal em fins de Setecentos.

A Academia Real de Ciências de Lisboa perseguia objectivos como: desenvolver a agricultura, a indústria popular e o comércio, e foi precedida nesses objectivos pela Sociedade Económica de Ponte de Lima⁴¹.

A Universidade de Coimbra, também frequentada por estudantes naturais do Brasil, contribuiu por intermédio de sua reforma em 1772 para “a formação de uma mentalidade ilustrada também na colónia e não apenas para a formação profissional necessária aos cargos da magistratura e da alta hierarquia eclesiástica⁴²”. Nesta afirmação, sob nosso ponto de vista, a formação da “mentalidade ilustrada” que a autora se refere deve ser entendida, mediante a avaliação dos académicos de origem brasileira, como uma mentalidade pragmática que fez uso dos conhecimentos adquiridos na metrópole para uma melhor exploração das potencialidades da colónia, e não em busca de renovações das instituições ou de qualquer outra alteração no contexto político e social.

É notável uma ligação entre a Universidade de Coimbra e alunos oriundos de seus cursos e a Academia Real de Ciências de Lisboa. A criação desta instituição foi palco para os naturalistas e os médicos aí apresentando suas memórias sobre os mais variados temas, “algumas publicadas pela própria Academia, enquanto outras permanecessem inéditas”⁴³.

⁴¹A Sociedade Económica de Ponte de Lima foi fundada em 8 de Maio de 1779 e viu seus estatutos aprovados por alvará régio de 5 de Janeiro do ano seguinte. Privilegiava a actuação prática em detrimento da investigação científica ou da reflexão filosófica. Veio a desactivar em 1786. In: DOMINGUES, Contente p.118.

⁴² SILVA, *op. cit.* p.85. Para maiores detalhes sobre os estudante brasileiros na Universidade de Coimbra ver também: Ruth Maria Chittó Gauer. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutoramento em História.

⁴³ *Ibidem*, pp. 86 e 87.

Sendo assim, como dito inicialmente, a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa representou para Portugal a “abertura de uma nova era nos rumos da institucionalização da ciência⁴⁴”, e dentro deste clima de institucionalização ocorreu paralelamente um processo de difusão e institucionalização da economia política no Brasil Colônia, fruto dos novos conhecimentos que surgiam e se difundiam nesta época iluminista na Europa. É importante ressaltar que o processo de institucionalização da economia política patrocinado pelo Estado foi um esforço de actualização de algumas práticas tradicionais, resultado da exigência de um contexto mundial em transformação. Procurava-se também desta forma a sobrevivência das estruturas e dos valores fundamentais do antigo regime, a monarquia e o império⁴⁵.

Portanto, todo processo de institucionalização económica e difusão de novos conhecimentos tiveram como agentes uma elite ilustrada, seja de juristas, filósofos, funcionários públicos, publicistas e alguns homens de negócio⁴⁶. Essa actualização, para Almodôvar, significava que não se poderia continuar a ignorar as modernas e bem sucedidas práticas (legais, fiscais, institucionais e técnicas) prosseguidas pelas nações (Inglaterra, França e Holanda), que ocupavam os lugares cimeiros do contexto político-económico mundial.

(...) o processo de institucionalização da economia política obedece a um conjunto de passos análogos: iniciando-se pela circulação restrita de manuscritos (pareceres, alvitres, memórias), passando a uma circulação impressa (em livros e folhetos) e conseqüentemente mais alargada, e partindo depois para a conquista de espaços de afirmação e legitimação cultural mais visíveis. É assim que se implantam as novas Sociedades Literárias onde a discussão dos assuntos

⁴⁴ DOMINGUES, Contente. *op. cit* p.113.

⁴⁵ ALMODOVAR, *op. cit* p. 119.

⁴⁶ *Ibidem* p.114.

*económicos ocupa um lugar de algum destaque, que a economia política ganha espaço próprio nas Academias Científicas existentes(....)*⁴⁷

No campo da economia a política ilustrada vem acompanhada das doutrinas fisiocráticas francesas. A fisiocracia pode ser caracterizada como uma transição entre o mercantilismo e o liberalismo e, “ nesse sentido, mantém alguns princípios mercantis e alguns avanços liberais”⁴⁸. Para José Luís Cardoso, na historiografia do pensamento económico português associa-se como exemplo da influência e assimilação destas doutrinas a economia em finais do século XVIII ⁴⁹. É certo que em alguns países da Europa Ocidental a Ilustração manifestava-se na economia pela fisiocracia⁵⁰, pois era um pensamento defendido pelo despotismo esclarecido⁵¹. Ainda para Cardoso, no caso de Portugal, trata-se de um erro analítico a associação do reformismo iluminista com a fisiocracia pois “consiste em apelidar de fisiocrático qualquer indício de defesa e exaltação da terra e das actividades agrícolas”. Sendo assim, confunde-se a fisiocracia enquanto “sistema e escola coerente de pensamento económico” com as concepções agraristas apresentadas pelos autores que escreveram memórias económicas em Portugal de finais de setecentos. Houve, para o mesmo autor, uma certa penetração da fisiocracia, mas que “essa penetração não pode ser simplesmente aferida pela

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ VALADARES, *op. cit* p.30.

⁴⁹ José Luís Cardoso. *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Editorial Estampa, Lisboa, 1989. p.67.

⁵⁰ Escola de pensamento económico que possui como traço característico o princípio da defesa do carácter exclusivamente criador de riqueza do sector agrícola. Escola de importância, mas fugaz credibilidade pública em França nos trinta anos que antecedem a Revolução de 1789 e que teve como patrono e principal teorizador François Quesney. Ibidem, p.74.

⁵¹ FALCON, *op. cit.*, 1982, p. 143 e 144. VALADARES, *op. cit.*, p. 31.

ressonância dos apelos agraristas⁵². Assim, uma das consequências deixadas pela fisiocracia foi o individualismo económico, a relação de concorrência na sociedade e a defesa do interesse particular⁵³.

As ideias da ilustração, “ainda que circulassem entre um grupo restrito e com uma mentalidade particular”⁵⁴, tiveram um contexto marcado pela política reformista pombalina, a qual buscava associar o uso da razão e da aplicação do conhecimento na formulação das políticas metropolitanas. Vê-se a tentativa de conciliação de elementos teoricamente pouco harmoniosos, como fé e ciência, teocentrismo e antropocentrismo.

Com o movimento iluminista a se espalhar pela Europa, o debate político passa a se estabelecer com a concepção do homem, as circunstâncias da vida social e a busca de restringir o acto religioso à área do puramente litúrgico, abrandando assim sua intervenção no fenómeno político.

Para Borges de Macedo, pelas mãos dos jesuítas, um outro debate havia sido colocado anteriormente em discussão; “ao negarem o poder absoluto dos reis eram pertinentes não pactuando nem quanto a origem do poder, nem quanto às responsabilidades do governante que daí derivam”⁵⁵. A Companhia de Jesus tendia a limitar o poder real. A penetração desta ordem era tal que basta dizer que os jesuítas eram os confesores da Família Real e educadores dos príncipes. No caso de Portugal, a educação era monopólio quase total dos jesuítas, ligados ao direito canónico, ao

⁵² CARDOSO, op. cit., p. 67.

⁵³ FALCON, op. cit., 1982, p. 144. VALADARES, op. cit., p.30.

⁵⁴ Lilia Moritz Schwarcz. *A longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.88.

⁵⁵ Jorge Borges de Macedo. “Formas e premissas do pensamento Luso-Brasileiro do séc. XVIII”. Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia. *Revista Portuguesa de Filosofia*. Tomo XXXVIII-II. Braga, 1982. pp. 932 a 943.

aristotelismo, e contrários à mudança. Sendo assim, tornaram-se adversários da reformulação do ensino educacional⁵⁶. Portanto, com a expulsão dos jesuítas⁵⁷ o debate estava entregue aos puros raciocínios da necessidade sociológica ou histórica⁵⁸.

(...) se a Companhia representara, no século XVI, uma interpretação nova e progressista do cristianismo, no século XVIII já era identificada com o atraso: moderna na Contra-Reforma, tornara-se arcaica naqueles tempos nervosos do Iluminismo, colocando-se na contra-mão⁵⁹.

O país apresentava-se, portanto, com uma cultura essencialmente conservadora associada fortemente à ortodoxia religiosa e aversa aos princípios da modernidade e,

⁵⁶ O ensino jesuítico encontrava-se disseminado por todo o país, sendo assim um obstáculo para as reformas que se pretendia. Compreende-se que somente com a expulsão dos jesuítas e a extinção das suas escolas (alvarás de 7 e de 28 de Julho de 1759), fosse criada a Directoria Geral dos Estudos (1759), que teve a missão de planificar e lançar as bases de uma rede escolar de tipo elementar e secundário. In: ARAÚJO, op. cit. p. 54. FALCON, op. cit., 1982, p. 136.

⁵⁷ Dominando o sistema de ensino, em Portugal e no Ultramar, vinculados por uma ligação especial a Roma e possuidores de um grande influxo cultural, os jesuítas formavam um corpo facilmente visto como ameaça para um sistema absolutista que ambicionava controlar todos os aspectos da vida social, incluindo uma Igreja mais submetida ao Estado. Se a esta moldura ideológica, juntarmos a apetência pelo património considerável na posse dos jesuítas, teremos reunidas as condições para o desencadear da perseguição. A campanha anti-jesuítica montada por Pombal levou à formulação de uma série de acusações publicitadas em toda a Europa em sucessivas edições da obra *Dedução cronológica e analítica*. Entre essas acusações, encontravam-se: a resistência dos jesuítas à aplicação do Tratado de Madrid, celebrado entre Portugal e a Espanha para a delimitação de fronteiras na América do Sul; a oposição, no Brasil setentrional, às leis que regulavam a administração das aldeias de índios; o exercício de actividades comerciais proibidas a religiosos; a decadência dos jesuítas portugueses; a difamação do rei no estrangeiro; e a participação pelo menos moral no atentado contra D. José e na revolta popular do Porto ocorrida em 1757. Apesar deste acervo de acusações, o único jesuíta a ser objecto de julgamento formal foi o P. Gabriel Malagrida, italiano, acusado de heresia e condenado à morte, em 1761, num processo que aproveitou a debilidade mental de um ancião enfraquecido e já transtornado. Os meios usados para a expulsão foram implacáveis. No total, cerca de 1100 jesuítas foram desembarcados nos Estados Pontifícios; morreram nas prisões cerca de 70 e uns 40 durante as viagens; encontravam-se ainda 45 encarcerados em S. Julião da Barra quando, em 1777, foram libertados, após a queda de Pombal. A luta de Pombal contra a Companhia de Jesus não se limitou aos domínios da Coroa portuguesa. Prolongou-se, em conjunto com as cortes borbónicas, até alcançar o fim pretendido: a extinção da Companhia de Jesus, em 21 de Julho de 1773, por breve do papa Clemente XIV. In: Nuno da Silva Gonçalves. “A Companhia de Jesus em Portugal”.

Disponível em: <http://www.companhia-jesus.pt/intro/hist_port.htm>. Acesso em: 19 de Agosto de 2007.

⁵⁸ MACEDO, op. cit. p.935 e 936.

⁵⁹ SCHWARCZ, op. cit., p. 101.

sendo assim, a Ilustração em Portugal passava pela reduzida elite governamental e pelos intelectuais que giravam em torno dela. Os princípios de modernidade eram defendidos e divulgados pelos estrangeirados, muitos portugueses que retornavam à Portugal vindo de uma “Europa mais Ilustrada” onde foram se especializar, e por professores estrangeiros ligados à segunda fundação da Universidade de Coimbra.

Para Contente Domingues, a partir dos trabalhos de historiadores dos fins do século XIX e princípios do século XX, “foi-se cimentando erudita e ideologicamente a convicção de que os jesuítas e a Inquisição teriam sido grandes factores de travagem da entrada em Portugal do desbravar de novos caminhos intelectuais”⁶⁰.

Observamos, portanto, que as ideias iluministas surgiram em Portugal pelas mãos de portugueses outrora residentes no estrangeiro e alguns com funções diplomáticas. Além destes portugueses oficialmente ligados à coroa, existiram aqueles acusados de judaizantes e perseguidos pela Inquisição. A esses portugueses, ligados ou não à coroa, costuma-se vincular a introdução do Iluminismo, do empirismo e do utilitarismo em Portugal⁶¹.

Atribuíaam o atraso do Império à falta de cultura e, em consequência, defendiam a chegada “das luzes da razão moderna” como única maneira de garantir o progresso nacional. Os locais de actuação seriam muitos, mas deveriam se concentrar na educação, até então considerada especulativa e dogmática, uma vez que o ensino das humanidades continuava monopolizado pelos jesuítas, que, por

⁶⁰ CONTEnte DOMINGUES, p. 32. O autor salienta ainda que a questão dos jesuítas e o travamento por eles imposto à Portugal dos novos caminhos intelectuais, não significa que os mesmos jesuítas não estavam perfeitamente a par do que intelectualmente se passava na Europa dos séculos XVII e XVIII. Ibidem, p.33.

⁶¹ SCHWARCZ, *op. cit.* pp. 88 e 89.

*sua vez, mantinham-se fiéis à autoridade aristotélica, contrária à experimentação e a métodos mais empíricos de fazer ciência*⁶².

Para Villata, a primeira manifestação ilustrada em Portugal veio dos estrangeirados⁶³ como Dom Luís da Cunha, José da Cunha Brochado, os condes de Tarouca, Galveias, Ribeira Grande, o Visconde de Vila Nova da Cerveira e Luís António Verney, que “por um motivo ou outro, circularam no Além-Pirineus”. Estes ainda contaram com aliados internos como Teodoro de Almeida (Académico), Dom Rodrigo de Souza Coutinho (Académico) e vários luso-brasileiros, dentre os quais destaca-se António de Moraes Silva, lexicólogo brasileiro, Francisco de Mello Franco (Académico), José Bonifácio Andrada e Silva (Académico), Manuel Joaquim Henriques de Paiva (Académico), Vicente Seabra Telles (Académico)⁶⁴.

A POLÍTICA REFORMISTA ILUSTRADA

Para uma melhor compreensão dos espírito das luzes em Portugal, recuaremos de forma breve ao reformismo ilustrado abraçado por Pombal. Com a morte de D. João

⁶² Ibidem, p.89.

⁶³ O conceito de estrangeirado, muitas vezes ligado aos diplomatas para designar aqueles que, sobretudo ao longo da primeira metade do século XVIII, viveram no exterior e lá colheram suas fontes de informação é bastante discutido. Para Nuno Gonçalo Monteiro e Fernando Dores Costa, trata-se de um conceito impreciso e criticado, visto que “não existia um ideário comum partilhado por aqueles que atravessaram fronteiras”. In: MONTEIRO e COSTA, op. cit., p. 42. Para Ana Cristina Araújo o termo “estrangeirado” continua, “por comodidade ou desmazelo crítico a invadir erráticamente o discurso dos historiadores”. Para a autora trata-se de um erro de perspectiva grave que assenta-se no princípio de que as sociedades se dividem em avançadas ou atrasadas, “justamente em função da abertura que manifestam ao exterior”. In: ARAÚJO, op. cit. p. 21. Ver também: Jorge Borges de Macedo. “‘Estrangeirados’ um conceito a reaver”, *Bracara Augusta*, vol. XXVIII – fasc. 65-66 (77-78), Braga, 1974, pp. 1-30.

⁶⁴ VILLALTA, 1999, p. 138. As referências dos ilustrados quanto a participação na Academia Real de Ciências de Lisboa são de nossa autoria.

V e a subida ao trono de D. José I, aparece no cenário político português a importante figura do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo⁶⁵. Com sua ascensão ao ministério a coroa passa a desenvolver uma série de reformas sob o signo das luzes. Carvalho e Melo empenhou-se em fortalecer o Estado, em firmar a supremacia da coroa face à nobreza e à Igreja e em reformar a economia colocando Portugal no cenário internacional. Para Francisco Calazans Falcon, sua política centrou-se no ataque ao sector anti-absolutista da aristocracia nobiliária, ao sector anti-monopolista da burguesia mercantil e ao sector hegemónico da aristocracia eclesiástica, todos contrários à novas directrizes⁶⁶. Sendo assim, o reinado de D. José I pode ser considerado o ponto de partida para o início da implementação de uma política reformista ilustrada por parte da coroa portuguesa. Para Villalta, “implicava uma incorporação selectiva das ideias das luzes” e ao mesmo tempo “foi referência e alvo de ataque”⁶⁷. As ideias ilustradas questionavam os pilares absolutistas, a religião católica, o domínio colonial. Ao mesmo tempo propunham reformas no campo económico visando um maior desenvolvimento manufactureiro e comercial. Combatiam os opositores ao desenvolvimento científico e os que defendiam profecias de um “Quinto Império”, o qual seria fundado por um “rei encoberto” e que teria como sede a cidade de Lisboa⁶⁸. Contestavam as memórias do Padre António Vieira e focaram nos jesuítas as mais fortes críticas. Ainda embalado pelo espírito reformista “moveu-se uma

⁶⁵ Embaixador na Inglaterra e na Áustria. Primeiro Ministro no reinado de D. José, recebeu o Título de Conde Oeiras em 1759 e de Marquês de Pombal em 1770.

⁶⁶ FALCON, op. cit., p. 374 e 375.

⁶⁷ Luiz Carlos Villalta. *1789-1808: O Império luso-brasileiro e os brasis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.17.

⁶⁸ O Padre António Vieira consagrou-se como o mais famoso pregador religioso português. Foi um homem de muitos ofícios: missionário, diplomata, político, orador, escritor. Possuidor de uma grande imaginação social, suas práticas religiosas, sociais e políticas são indispensáveis à compreensão do século XVII. Como um visionário, acreditou na ressurreição de reis e num Império Mundial sediado em Lisboa.

repressão às teorias corporativas de poder da Segunda Escolástica”, teorias essas que apesar de não tecerem críticas ao poder do Estado, atribuíam ao poder soberano uma origem “popular” e assim não davam uma sustentação ao absolutismo, podendo incentivar uma revolta popular e até mesmo o regicídio⁶⁹. O reinado de D. José I, marcado pelo início da implementação de uma política reformista ilustrada, teve o traço e assinatura do ministro Sebastião de José de Carvalho e Melo.

A época pombalina, como dito, foi marcada por profundas mudanças no seio da sociedade portuguesa. Fundamentalmente buscou-se o rompimento com o poder estabelecido pela aristocracia e pela igreja, mas também foi instituído por Carvalho e Melo um sistema público de ensino, “antes mesmo da França”⁷⁰. Fundou-se o Colégio dos Nobres e reformou-se a Universidade de Coimbra, entre 1770 e 1772, “imprimindo-lhe uma orientação que privilegiava as ciências naturais e a experimentação”⁷¹. A reforma e a nova directriz dada à Universidade estavam intimamente ligadas à fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, assim como a maior parte dos académicos que compunham seu quadro, oriundos desta Universidade. Criou-se uma nova elite cultural, tendo a sua formação baseada no pensamento racional e empírico, “disseminando uma nova mentalidade na sociedade portuguesa, europeizando-a”⁷².

Segundo Valadares, até o século XVIII o mundo luso era primordialmente agrário e senhorial, com “sua economia voltada para a lavoura de subsistência ou para culturas comerciáveis e sua renda ainda feudal, modificada apenas quanto à forma de

⁶⁹ VILLALTA, 2000, p.18.

⁷⁰ Idem, 1999, p. 144.

⁷¹ Ibidem, p. 144.

⁷² Ibidem, p.145.

apropriação”. Ocorreu ao mesmo tempo uma adesão à Ilustração e ao mercantilismo que, “apesar de opostos dialecticamente funcionaram em Portugal com objectivo de atender a uma sociedade em mudança”⁷³.

Sem o rompimento com o poder dos jesuítas⁷⁴ e sem a eliminação da autonomia da Inquisição⁷⁵, ambos processos realizados por Carvalho e Melo, o reformismo proposto não teria sido possível. Surgiram ainda neste contexto da segunda metade do século XVIII as novas categorias associadas por vezes ao Estado moderno absolutista, e assim foram incorporados pelo ministro de D. José à administração pública, homens de negócios e latifundiários⁷⁶. Para Calazans eram eles, além da aristocracia e dos administradores leigos, os homens das letras: os filósofos, os cientistas não ligados à esfera eclesiástica. Este intelectuais não eclesiásticos eram os favoráveis à secularização e à racionalização⁷⁷. Quanto à Inquisição, tendo sido a mesma submetida ao poder do Estado, transformou-se em um “instrumento secular, estatal, de defesa da ordem e da ideologia dominante contra os desafios e os perigos das novas ideias”.

Ao mesmo tempo criou-se em 1768 a Real Mesa Censória que, tal qual a inquisição, teve o “papel de fiscalizador e repressor, sobretudo no que diz respeito às obras dos filósofos e intelectuais, nacionais e estrangeiros, bem como ao ateísmo e ao

⁷³ VALADARES, *op. cit.* pp. 35 e 36.

⁷⁴ Para Francisco J. Calazans Falcon, ao atacar os jesuítas Carvalho e Melo procurava redefinir o papel político da Igreja, contestando sua hegemonia nas instâncias ideológicas do Estado e acompanhando a orientação individualista e secularizadora da Ilustração. Uma luta que procurava afirmar a “autoridade real, civil, laica, sobre a autoridade eclesiástica que ampliava sua influência e controle, por intermédio de seus homens e ideias sobre a sociedade e o Estado”. FALCON, *op. cit.* p. 378-9 e 423-425.

⁷⁵ O poder anteriormente exercido pela Inquisição passa ao poder régio a partir de 1769 e Carvalho e Melo nomeou seu irmão o Inquisidor Geral e ordenando que todos os bens confiscados pelo Santo Ofício passassem para o erário régio. In: VILLATA, 1999, p. 144.

⁷⁶ *Ibidem*, p.144.

⁷⁷ FALCON, *op. cit.* p.228.

materialismo”.⁷⁸ Tal órgão foi o censor das obras iluministas de Voltaire, Rousseau e Abade Raynal⁷⁹, todos anteriormente já citados. Este órgão repressivo representava em um governo ilustrado uma forma de monitoramento das novas ideias que surgiam. Tinha-se uma reforma e uma censura sob o poder régio.

A difícil conciliação entre o poder régio e o poder eclesiástico fez com que determinadas personalidades se destacassem neste contexto da Ilustração portuguesa e do consulado Ilustrado pombalino. A Congregação do Oratório, em intensidade diferente da Companhia de Jesus, também foi alvo da perseguição de Carvalho e Melo.

Para Valadares, na Europa periférica iluminista, especificamente em Portugal, a Companhia de Jesus praticamente monopolizava a educação predominando uma filosofia retrógrada. Por outro lado a Congregação do Oratório representava a filosofia moderna, “com novas propostas pedagógicas” e possuidora de um “ecletismo filosófico”⁸⁰. Os oratorianos praticavam um ecletismo, considerado por Contente Domingues o “primeiro padrão de referencia na filosofia portuguesa de setecentos”⁸¹. A Congregação do Oratório foi peça importante na Ilustração em Portugal e na fundação da Academia de Ciências de Lisboa, tendo-se como destaque o padre Teodoro de Almeida. Ainda para Domingues, a Congregação era alicerçada política e culturalmente de forma bem diferente da Companhia de Jesus e possuía uma prática pedagógica

⁷⁸ VALADARES, pp. 40 e 41.

⁷⁹ Abade Raynal (1713 - 1796), ex-jesuíta, historiador, jornalista, filósofo e autor francês, é considerado um dos clássicos do Iluminismo e suas obras influenciaram processos de revolta e independência em quase todos os países da América Latina.

Disponível:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=546&sid=11>
Acesso em 20 de Julho de 2008.

⁸⁰ VALADARES, p.34.

⁸¹ CONTENTE DOMINGUES. op. cit. p.59.

individualizada em relação aos padrões do tempo⁸². Em um cenário de ilustração e catolicismo, tinha-se o poder eclesiástico atacado e a proposta de um novo modelo para substituir o anterior sob o domínio dos jesuítas.

Mas é ainda dentro da Congregação do Oratório que encontramos dois de seus membros que se destacaram na Ilustração portuguesa, ambos na tentativa de conciliação em tão tenso momento da História de Portugal. Como já citado, Teodoro de Almeida (1722-1804), famoso padre oratoriano⁸³ que se dedicou a um projecto de difusão do saber entre aqueles que não tinham estudos; uma obra marcada pelo ecletismo filosófico e pelo respeito à ortodoxia religiosa⁸⁴. O mesmo ao abordar assuntos científicos procurava não afrontar a Igreja e era “a conciliação entre a abertura à novidade no domínio da filosofia natural, recebendo influências variadas, sem perder a fidelidade à ortodoxia religiosa no que esta comportava como essencial”⁸⁵. Devido a sua postura e difusão de suas ideias, e ainda por seu esforço conciliatório, foi perseguido e exilado por Carvalho e Melo, “na medida em que recusava a aceitar a primazia da coroa sobre a Igreja”⁸⁶. Permanecera assim por dez anos exilado no

⁸² Ibidem, p. 38.

⁸³ Teodoro de Almeida, por razões político-religiosas, refugiou-se em Espanha entre 1768 e 1777. Foi eleito sócio da Royal Society de Londres em 1758, e membro efectivo da Real Sociedade Vascongada de los Amigos del País, em 1776. In: ARAÚJO, op. cit. nota 7. Para maiores detalhes sobre a Congregação do Oratório e a obra do padre Teodoro de Almeida ver: Francisco Contente Domingues. *Ilustração e Catolicismo. Teodoro de Almeida*. Coleção Colibri História, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1994.

⁸⁴ Para as autoras Ana Simões, Maria Paula Diogo e Ana Carneiro, o oratoriano Teodoro de Almeida, autor da Oração de Abertura da Academia de Ciências, apresentava uma “progressiva divergência” para com o Abade Correia da Serra, um dos fundadores desta instituição que será abordado no desenvolvimento deste trabalho. Tais divergências poderiam se encontrar entre os respectivos projectos para com a Academia de Ciências, sendo que o Abade Correia encontrava-se “virado para a ciência útil e Teodoro de Almeida para a articulação da nova ciência com o catolicismo”. In: SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana. *Cidadão do Mundo. Uma biografia científica do Abade Correia da Serra*. Porto Editora, Porto, Portugal, 2006, p. 58.

⁸⁵ CONTENTE DOMINGUES op. cit., p.59.

⁸⁶ VILLALTA, 1999, p.150.

estrangeiro⁸⁷. Pertencendo também à Congregação do Oratório, Villalta aponta outro padre que diferente do anterior, curvou-se ao interesse pombalino: António Pereira de Figueiredo, deputado da Real Mesa Censória e um dos ideólogos de Carvalho e Melo. Ao publicar em 1769 a *Tentativa Teológica*, o padre faz um esforço para legitimar as investidas regalistas de El-Rei e elabora uma tentativa de conciliá-las com os ensinamentos teológicos. Para este historiador, tal tentativa se apresentou contraditória ao associar a supremacia da autoridade régia e a primazia do papado na instituição eclesiástica⁸⁸.

O reinado a seguir, de D. Maria I, não significou uma ruptura radical com o anterior; “embora tenha constituído uma reacção, pautou-se, em linhas gerais, pela continuidade de princípios e nomes, pela inovação e reparação”. Ocorreram alterações no âmbito do poder, “passando-se de uma monarquia absoluta esclarecida para uma monarquia temperada, ainda a meio caminho de uma monarquia constitucional⁸⁹. Ainda para Villalta, o poder da rainha tinha origem divina e hereditária e a legitimidade de seu acesso à coroa, no entanto, não resultava apenas de Deus e da hereditariedade, mas também do consenso dos povos⁹⁰. Nas palavras do académico António Ribeiro dos Santos, só “a lisonja faz crer aos monarcas que eles têm o poder somente de Deus, e faz crer aos povos que somente o têm da mão do homem”⁹¹.

⁸⁷ CONTENTE DOMINGUES, op. cit. p. 97 a 101.

⁸⁸ Para maiores detalhes sobre a postura e obra do Padre António Pereira ver: Cap. 3. Reformismo Ilustrado Português. In: Luiz Carlos Villalta. *Reformismo Ilustrado, censura e praticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de doutoramento. Departamento de História, FFLCH-USP, 1999.

⁸⁹ VILLALTA, 1999, p. 157 e 2000, p. 17

⁹⁰ VILLALTA, 1999, p. 157.

⁹¹ Zília Osório de Castro. “Poder régio e direitos da sociedade no reinado de D. Maria I”. *Ler História*, Lisboa, (23): 11-22, 1992.

No período mariano continuou-se a perseguir o desenvolvimento manufactureiro do Reino, iniciado anteriormente e conservou-se o pressuposto segundo o qual era necessário o desenvolvimento da metrópole e da colónia, “sem contudo romper com o sistema que as unia”, mantendo-se as vantagens da exploração colonial”⁹². Neste objectivo, o Estado financiou a difusão de práticas científicas abrindo escolas e financiando a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779. Fomentou publicações sempre com o objectivo pragmático de desenvolver a exploração de matérias primas na América e o desenvolvimento das manufacturas no Reino. Dentro ainda deste contexto, a constituição de associações literárias e agremiações científicas era o “ponto central de uma cadeia intelectual, onde homens compartilhavam ideias e conhecimentos acerca de diferentes realidades”⁹³. Surge assim uma cultura baseada em academias, tanto na metrópole como em diferentes áreas ultramarinas, que visava uma sociabilidade promovendo uma rede de correspondentes, onde os homens poderiam compartilhar sentimentos pertencendo assim a uma cultura de elite mais ampla e abrangente. A seguir, o príncipe D. João deu continuidade ao Reformismo ilustrado, introduzindo algumas alterações como a substituição de nomes ainda indicados por Pombal por intelectuais ilustrados que a ele se opuseram⁹⁴.

⁹² VILLALTA, 2000, p.21.

⁹³ Maria de Fátima Silva Gouvêa. “*Poder, justiça e soberania no império colonial português, 1750-1822*”. Leituras: Rev. Bibl. Nac. Lisboa, S. 3, nº 6, Abril – Out. 2000. p. 110.

⁹⁴ VILLALTA, 2000, p. 20

Reflexos da Ilustração na América Portuguesa:

*Exulta velha Europa: o novo Império,
Obra prima do céu! Por fado ímpio,
Não será mais o teu rival altivo,
Em Comércio e Marinha⁹⁵.*

O movimento iluminista, assim como as notícias sobre as revoluções na Europa e as obras publicadas, fruto do espírito das luzes, foram atenciosamente acompanhadas pela coroa na expectativa de que a sua irradiação para o ultramar não afectasse a integridade do Império. Os movimentos revolucionários de finais de setecentos, como a independência das treze colónias inglesas e a revolução em França, chegaram como notícias na imprensa portuguesa, *Gazeta de Lisboa* e *Jornal Encyclopedico dedicado à Rainha N. Senhora* de forma velada e extremamente cuidadosa⁹⁶. Diminuir a curiosidade dos súditos ultramarinos em torno dos tumultos revolucionários era um meio de assegurar lealdade à Coroa portuguesa. A prática de observar o panorama político dos Estados europeus adquire um novo sentido no final do século XVIII com a influência das ideias ilustradas.

Com o intuito de reforçar os elos entre a Colónia e o Reino, o Marquês de Pombal chegou a incentivar e conceder bolsas a alunos originários do Brasil para que pudessem estudar em Coimbra. Após a conclusão dos respectivos cursos, os mesmos eram por vezes aproveitados na administração, sendo assim nomeados para cargos e missões públicas⁹⁷. Nesse sentido, o incentivo à realização de estudos sobre a colónia brasileira, à escritura de memórias sobre suas potencialidades naturais e a constituição

⁹⁵ BONIFÁCIO, José. Poesias. Edição fac-similar da príncipe. 1825. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1942. p.157-158. (Coleção Afrânio Peixoto). Disponível: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/jose-bonifacio/ode-aos-baianos.php>

⁹⁶ VILLALTA, 2000, p, 25.

⁹⁷ VILLALTA, 1999, p. 176.

de academias literárias e científicas tinham, na interpretação de Villalta, o sentido de assegurar a dinamização da produção de matérias-primas em benefício de Portugal, revelando assim uma política pragmática e colonialista. Portanto, a coroa não somente buscou na metrópole financiar a fundação de instituições, como foi a Academia Real de Ciências de Lisboa, mas também na colônia criou instituições educacionais que valorizavam os estudos práticos e científicos, como foi a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, em 1792 no Rio de Janeiro, e o Seminário de Olinda, em 1800 em Pernambuco⁹⁸. O objectivo não era a formação intelectual de uma elite brasileira, mas tão e somente o fornecimento de informações elementares e básicas, sempre com vistas à exploração das riquezas e uma maior união entre metrópole e colônia. Com a chegada da Família Real em 1808, esse quadro alterou tendo o príncipe regente se empenhado na abertura de instituições de ensino na colônia.

Alguns intelectuais do Brasil que se formaram na Universidade de Coimbra fizeram carreira em Portugal, como o médico Francisco de Melo Franco; outros leccionaram na instituição, como o também médico Vicente Coelho de Seabra da Silva e ainda o naturalista, académico e secretário da Academia Real de Ciências de Lisboa, patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Para Maria de Fátima Gouvêa o governo português vinha utilizando eruditos brasileiros no processo de tomada de decisão metropolitana, “encorajando vários deles a organizar e tomar parte em expedições científicas no Brasil, assim como em outras partes do mundo ultramarino português”⁹⁹. Foi de grande contribuição a presença de brasileiros na modernização do império português. Os estudos e as memórias desta elite intelectual assume extrema importância no que se refere à divulgação de

⁹⁸ Ibidem, p. 176.

⁹⁹ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “*Poder, justiça e soberania no império colonial português, 1750-1822*”. Leituras: Revista da Biblioteca Nacional, Lisboa S.3, nº 6, Abril – Out. 2000.

conhecimentos, imagens e uma diversidade de experiências sobre os domínios ultramarinos portugueses.

OS HOMENS DE CIÊNCIA

Na História das Ciências Ocidentais, os séculos XVIII e XIX são marcadas pelo grande número de viagens científicas realizadas por diversos países europeus com a finalidade de reconhecimento do território, de suas populações e de seu potencial zoológico, botânico e mineral¹⁰⁰. Portugal, ao participar também deste processo, organizou expedições para o Reino e para as suas colónias, tanto em África como na América, denominadas Viagens Filosóficas¹⁰¹, as quais ocorrem nas administrações dos Ministros da Marinha e Negócios Ultramarinos. Inicialmente no consulado Pombalino entre 1755 e 1777, posteriormente na administração de Martinho de Melo e Castro (1777-1795) e finalmente na de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1795-1802)¹⁰².

Nossa delimitação de investigação, conforme explicitada, está restrita ao período que compreende a fundação da Academia de Ciências de Lisboa em 1779, e a Independência do Brasil em 1822 e, sendo assim, nosso roteiro de estudo abrange somente as viagens ocorridas nas administrações de Martinho de Melo e Castro e de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

¹⁰⁰ Ermelinda M. Pataca. “Viagens Científicas no Império Português (1755/1808)”. Comunicação apresentada ao I Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciência da Terra e III Simpósio Nacional sobre Ensino de Geologia no Brasil. UNICAMP. Campinas, 2007. Disponível em : <http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/artigos/039.pdf>. Acesso em 07/11/2008.

¹⁰¹ Segundo Ermelinda Pataca esta designação conferidas às viagens é concernente ao seu principal objecto que era a observação e interpretação da natureza nos diversos domínios da filosofia natural como a física, a química, a zoologia, a botânica e a mineralogia. In: *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*.

Raízes no Brasil: Ciência em Portugal.

1779/1822

*“Amei a liberdade, e a independência. Da doce cara pátria, a quem o Luso Oprimia sem dó, com riso e mofo. Eis meu crime todo”.*¹⁰³

Quando da conclusão de seus cursos pela reformada Universidade de Coimbra¹⁰⁴, entre interesses particulares e interesses da Coroa, alguns desses novos homens de ciência do século XVIII retornaram às suas raízes e penetraram em territórios americano e africano com a finalidade de investigação e exploração, ou ainda, viajaram financiados pela coroa portuguesa pela Europa, satisfazendo a “sede” de cultura advindas de um Reino que procurava se conhecer e actualizar no mundo moderno.

Ao retornarem novamente ao Reino após suas expedições científicas e suas viagens de estudo nas colônias, ou ainda de suas viagens de estudo pela Europa, os homens de ciência passavam a prestar serviços à Coroa. Ocupavam cargos na administração, outros em catalogações sistemáticas das amostras obtidas nas colônias, e também na incorporação dos dados das mesmas em obras científicas.

¹⁰³ BONIFÁCIO, José. Idem.

¹⁰⁴ É importante ressaltar que existiu uma clara ligação entre os homens da ciência com raízes no Brasil, acadêmicos setecentistas, e a Universidade de Coimbra. Para Virgínia Valadares estabeleceu-se uma confusão na Universidade de Coimbra com a obrigatoriedade de se frequentar Matemática e Filosofia dois anos antes dos cursos de Medicina, Cânones e Leis, e isso fez com que canonistas, legistas e médicos tivessem títulos de matemáticos e filósofos, sem, no entanto, terem os cursos concluídos. Isto na prática significou que pouquíssimas pessoas se formaram em Matemática e Filosofia, apesar do título, e que a medicina empírico-racional não era exercida apenas pelos médicos, mas por todos aqueles que estudavam Química e Biologia na Filosofia. Enfim, para a pesquisadora e historiadora esta intersecção de cursos provocava também um “intersecção de jurisprudência profissional, redução do mercado de trabalho e uma enorme confusão nas suas funções sociais” In: Virgínia Maria Trindade Valadares. *Elites Mineiras Setecentistas. Conjugação de Dois Mundos*. Edições Colibri e Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Lisboa, 2004. p. 364 e 376. Ver também: CARDOSO, Walter. “Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil (1701-1822): Procedências e graus obtidos”. *Universidades, História, Memória, Perspectivas*. Actas do Congresso História da Universidade. 7º Centenário. Coimbra, 1991. GAUER, Ruth Maria Chittó. *A Influência da Universidade de Coimbra na Formação da Nacionalidade Brasileira*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995, Tese de Doutoramento em História.

CONCLUSÃO

Concluimos que a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa, a qual propunha promover estudos e difundir conhecimentos, foi totalmente condizente com as Luzes. As memórias dos académicos de origem brasileira foram abrangentes em diversas áreas e Ilustração e Religião não foram campos excludentes.

Nas obras destes autores impressas pela Academia e por nós avaliadas, predominou o carácter pragmático e mecanicista. Ocorreu uma busca de novos conhecimentos, novas alternativas para a o Império, sempre dentro de um efeito pragmático. Não foi por nós identificado na interpretação destas obras qualquer movimento que colocasse em causa a moral, a política e a religião; pelo contrário, quando tais temas eram abordados se apresentavam em perfeita concordância com os valores disseminados pela Coroa. Não houve uma crítica destrutiva da tradicionalidade do pensamento religioso e de seus dogmas, assim como não observamos manifestações contrárias ao Antigo Regime e ao colonialismo. No cenário das luzes, esses actores comungaram suas convicções em diferentes campos de domínio do conhecimento científico, dentro de um projecto de sustentação e manutenção do poder do Império Português.

Sendo assim, entre os homens de ciência de origem brasileira uma variedade de informações pode ser verificada sempre próximos da ideia de manutenção e promoção de um Império Português, mas distante de um movimento libertador em ebulição.